

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Eleições, mobilização popular e espaço urbano no Império (1840-1880).

Suzana Cavani Rosas *

Resumo: Na segunda metade do século XIX, o espaço urbano das capitais do Império, principalmente nos períodos eleitorais, comportava diversas práticas e formas de sociabilidade política que já distavam daquelas próprias do interior do país. No Recife não foi diferente, utilizando os partidos os comícios de rua e outros tipos de modernidade política para conquistar a adesão até das classes populares. Dessas estratégias eleitorais urbanas é que versa este trabalho.

Palavras-chave: eleição, Império, espaço urbano.

Abstract: In the second half of the nineteenth century the urban space of the capital cities of the Empire, especially during electoral periods, revealed diverse practices and forms of sociability which differed from those of the interior of the county. Recife was no exception. Political parties utilized street rallies and other forms of modern political practices to win the support of various groups including the popular classes. These urban electoral strategies constitute the object of this communication.

Keywords: election, Empire, urban space.

“O votante das freguesias urbanas é muito diferente do das rurais. É mais repugnante, venal e corrompido nas primeiras; mais dependente e lastimável nestas (Souza: 1979: 34).” Essa avaliação de uma das maiores autoridades sobre eleições no Império e membro do partido conservador denota uma percepção bem distinta de parte do eleitorado brasileiro na segunda metade do século XIX. Embora apresente o *votante* rural e o urbano de modo negativo, o segundo, indiscutivelmente, é apontado como o que de pior existe em matéria de cidadão aos olhos do observador em todas as suas considerações.

Passando dos liberais para os conservadores, distinções entre o eleitorado do campo e o das cidades também podem ser observadas na forma como aqueles pensaram a introdução das eleições diretas no país. Para os liberais, tal inovação devia ser restrita, inicialmente, apenas às grandes cidades do Império. Porém, ao contrário dos conservadores, sua proposta gradualista de mudança no sistema eleitoral, ao contemplar os habitantes das cidades com o voto direto, revelava uma avaliação mais positiva desses eleitores frente aos do campo, por estes acharem-se prisioneiros do mandonismo dos grandes proprietários rurais.

* Doutora e Profa. do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Este trabalho trata das peculiaridades e vivências políticas do eleitorado das grandes cidades do Império, particularmente do engrossado pelas classes populares, visto e avaliado de formas tão diversas pelos seus contemporâneos.

Porém, antes de avançarmos na questão do eleitorado urbano, fazem-se necessárias algumas considerações sobre o sistema eleitoral e a cidadania do Império, assim como a respeito do centro urbano objeto deste estudo, o Recife.

O sistema eleitoral no Império era indireto ou em dois graus, ficando a participação do cidadão, em todo o processo eleitoral, dependendo de sua renda anual. Um corpo eleitoral maior, identificado como dos votantes, escolhia os *eleitores*, e a um menor, constituído destes, cabia a responsabilidade de eleger os deputados e senadores. Até o final do Império o voto permaneceu sendo censitário. Já o sistema eleitoral, indireto e em dois turnos, foi abolido em 1881. As mulheres não votavam, nem os não-cidadãos, os escravos e os estrangeiros. Quem pretendesse candidatar-se, precisava também possuir um determinado nível de renda que, a depender do cargo, podia ser igual ou superior ao censo especificado para os eleitores.

Apesar desses limites, não eram poucos, para o padrão da época, os *votantes* do país até 1881, embora fosse ínfimo o número dos *eleitores* (CARVALHO, 2000:43). No Recife, em 1856, por exemplo, na Freguesia da Boa Vista, havia 166 votantes para apenas 36 eleitores (Diário de Pernambuco, 16/10/1856: 1). Essa presença popular significativa nas listas de qualificados tinha duas explicações. O valor exíguo da renda prevista para alguém votar era uma delas. Além disso, como a legislação demorou bastante a exigir da população documentação comprobatória de sua renda, dependendo do seu apadrinhamento político, muita gente sem eira nem beira terminava qualificada. Com o advento das eleições diretas, em 1881, o corpo eleitoral, ao invés de ampliar-se, sofreu uma drástica redução de 10% para 1%. Na verdade, ele encolheu devido à proibição do voto dos analfabetos e às rigorosas exigências de comprovação da renda impostas ao eleitorado.

Porém, devem-se ponderar os dados de qualquer qualificação eleitoral, porque nem todo cidadão registrado conseguiria realmente votar. Analisando esse problema, um chefe de polícia de Pernambuco chegou a estimar que, no município do Recife, em 1840, dos 6.610 qualificados, cerca de 1.270 não compareceram às urnas (FIGUEIRA DE MELO, 1979: 198). A intimidação e o constrangimento do eleitorado na hora de votar explicavam, na maior parte dos casos, essa notória diferença, fosse no espaço urbano, fosse no rural. Assim, muita gente votava, mas não com liberdade.

Quanto às grandes cidades do Império, necessário se faz, inicialmente, ponderar o seu próprio nível de urbanização no período em tela, o Segundo Reinado. O caso do Recife é exemplar para tratarmos essa questão. Falar de voto propriamente urbano é relativo, porque muitas freguesias nos arrabaldes da cidade exibiam uma paisagem bem rural, caracterizada pela presença de engenhos, mesmo na segunda metade do século XIX. A freguesia da Várzea mesmo contava, em 1871, com cerca de 15 engenhos, Afogados com 11 e Poço da Panela com 1. A urbanização dessas áreas, aliás, guardaria muita relação com a chegada das concessionárias dos bondes puxados a burros e a vapor, entre as décadas de 1860-1880 (ZAIDAN, 1999: 41).

Apesar disso, o Recife, em meados do século XIX, era um grande centro urbano marcado por um intenso fluxo mercantil. Por sua vez, em meados do século, a política implementada pelo governo conservador do Barão da Boa Vista havia propiciado uma rápida urbanização e modernização da velha cidade escravista. Iluminação a gás, água enganada, transporte ferroviário urbano, teatros, passeios públicos iam mudando o perfil da velha cidade colonial e dando ares “civilizados” e “modernos” à capital. Sua população, por outro lado, não parava de aumentar e estender as suas fronteiras urbanas. De 60 mil, em 1850, o Recife passara para 100 mil habitantes na década de 1870, chegando a 150 mil no final do século (CARVALHO e MAIA, 1999: 72-100).

Mas os problemas da capital também se avolumavam. Carestia e carências de gêneros alimentares, falta de emprego, mendicância e criminalidade estavam entre as muitas queixas e reclamos de seus habitantes. Em termos de trabalho, havia muita gente livre no Recife sem ocupação por conta da escravidão e do emprego de portugueses nas atividades de comércio de pequeno porte ou a retalho. Além de a cidade receber, sem ter onde empregar, levas de retirantes vindos do interior e de ficar sujeita a tensões sociais da população desafortunada e marginalizada. Para enfrentar todos estes problemas, um outro símbolo da modernidade erigiu-se no Recife, por iniciativa governamental: a Casa de Detenção. Diante desse cenário social urbano, controlar e dirigir os populares em dias de eleições exigia das elites econômicas e políticas múltiplas e criativas estratégias de ação.

No Recife, como em outras capitais do Império, o eleitorado precisava ser arregimentado por diversos outros meios além da coerção ou do cabresto. Embora o clientelismo estivesse bem presente também ali, não se pode reduzir o ato de votar apenas a isso. Alguns indícios acenam noutra direção. Primeiramente, a transformação do voto em mercadoria parece indicar certa autonomia política do cidadão da capital da Província e seus arredores. Por outro lado, os *meetings* de rua, freqüentes no Recife na proximidade e durante

as eleições, desde os tempos da Praieira, sugerem a necessidade de convencimento e conquista do eleitorado pelas facções em luta no espaço público.

Esse tipo de mobilização social, a rigor, não estava restrito às eleições, pois até para protestar contra a carestia de alimentos os *meetings* se organizavam, conforme se vê da convocação estampada no Diário de Pernambuco, em 1881, convidando a população para uma dessas reuniões no Largo de Santa Amaro, para tratar da questão da carestia da carne verde.

Mas, se os *meetings* tinham diversos fins, segundo o deputado Urbano Sabino informa, foi no período da eleição senatorial de 1847 que eles se intensificaram no Recife. Por iniciativa dos conservadores e, depois, dos próprios liberais, os quais se viram “na necessidade de falar também ao povo” (MELO, 1978:41). Naquela ocasião agitadaíssima, que ainda vivenciou um pleito para a Câmara dos Deputados falar nas ruas tornou-se uma necessidade para liberais e conservadores.

De fato, nas páginas do Diário Novo são notórias as referências aos *mentings* patrocinados pelos conservadores no Recife, naquele ano, quando eles não contavam com a máquina governamental para eleger seus candidatos. Mas os conservadores retrucavam dizendo que tal prática remontava ao tempo em que a Oposição não era ainda governo. Mas seja lá quem os tenha introduzido na cidade, uma coisa era certa: eles fizeram sucesso. Os *meetings* do Recife, contudo, não ocorriam necessariamente nas ruas, às vezes aconteciam em espaços híbridos, meio privados e meio públicos, como no caso dos teatros da cidade. Dos *meetings de rua* propriamente ditos, dizia a imprensa liberal e governista, em 1847, na época das eleições primárias: “Vemos os homens do partido *guabiru*(...) ousarem se apresentar ao público, para dirigir a palavra ao povo com o sinistro intento de iludi-los (DIÁRIO NOVO,19/08/1847:1)”.

Verdadeiros comícios, os meetings aconteciam inclusive em um bairro sinônimo do popular ao longo de todo o século, o de São José. Ali, Joaquim Nabuco, na campanha eleitoral de 1884, discursaria contra a escravidão, dirigindo-se sempre aos que “vivem do trabalho” (NABUCO, 1980: 51).

Aliás, através dessa famosa campanha eleitoral de Nabuco, podemos contar com um mapeamento socioeconômico dos bairros do Recife, acompanhando o teor de cada um de seus discursos nos meetings de rua. Na Madalena, sua fala está endereçada aos moradores “do bairro da riqueza”; no Santo Antonio, mais especificamente aos comerciantes (NABUCO, 1980: 117- 132). Outros recursos não faltaram para mobilizar eleitoralmente a população menos abastada no Recife. Em 1847, um baile para os artífices, promovido pelo conservador

Sebastião do Rego Barros em sua casa, no Pátio de São Pedro, deu muito que falar entre os praieiros, os quais diziam estranhar ver o dono da festa e um dos seus parentes dançando com “aquelas que eles chamam cabrinhas e mulatinhas” (DIÁRIO NOVO, 18/09/1847: 1). Caminhadas pela cidade de políticos e lideranças partidárias também não faltavam na quadra eleitoral. No tempo das praieiras, por sua vez, os *meetings* liberais versavam sobre a nacionalização do comércio a retalho. Os dos conservadores, principalmente, criticavam o não cumprimento da principal promessa da campanha liberal e a proposta alternativa para ela.

No que toca aos artistas do Recife, duas chapas de eleitores, publicadas na imprensa, sugerem que esse grupo social tinha uma presença nada desprezível nas eleições da capital. Na lista do partido conservador, ele ocupa sete dos nomes da chapa e numa outra, ligada a Borges da Fonseca, 11. Se os artistas podiam destacar-se numa lista de eleitores, é de imaginar que na qualificação de votantes sua presença fosse bem mais constante e significativa (CAVALCANTI, 2001: 110). Na localidade de Fora das Portas, na região portuária do Recife, por exemplo, elementos populares despontam entre os nomes de alguns poucos votantes publicados na imprensa: carpinteiros, pescadores, sapateiros, pedreiros, ferreiros (O LIDADOR, 25.08.1847: 3).

Nem os acontecimentos da Praieira, principalmente os chamados “excessos” populares condenados pelos que os animavam, fossem liberais ou conservadores, detiveram os *meetings* do Recife, embora os dois partidos imperiais deles se afastassem. Quem folhear o jornal O Tribuno verá diversas convocações de Borges da Fonseca para essas reuniões populares, em 1866, justamente num ano eleitoral (O TRIBUNO, 1866 e 1867).

O apoio de alguns deputados e chefes partidários às raras entidades de trabalhadores na capital de Pernambuco talvez possa ser também interpretado como uma ação com objetivos eleitoreiros. Como ocorreu em 1860 a uma associação de artífices para a libertação de escravos. Em contrapartida, os trabalhadores do Recife também prestavam seu apoio a certas candidaturas. As de Joaquim Nabuco e de José Mariano mesmo receberam uma nota de adesão “de muitos artistas eleitores” (Diário de Pernambuco, 18/10/1884). Assim, *meetings*, passeatas ou mesmo a mercantilização do voto, tudo isso ligado a uma relativa possibilidade de autonomia de voto da população, inclusive a trabalhadora pobre livre, iam pontuando e diferenciando do cenário rural a história das eleições nas grandes cidades do Império.

A venda de voto também fez história nas ruas do Recife. E a revenda também acontecia. Essa última, quando ocorria, significava que alguém pagou por um voto que depois foi negociado com outro candidato. E traições desse tipo não faltavam em dias eleitorais.

Outra possível infidelidade curiosa, que os políticos sofriam na capital, relacionava-se às cédulas coloridas adotadas pelos partidos nas eleições primárias do Recife e, provavelmente, nas de outras capitais do Império.

Não cabia às autoridades eleitorais fornecerem as cédulas aos votantes até 1881, ficando, na prática, essa responsabilidade reservada ao partido e às pessoas influentes a eles ligadas. Dessa maneira, o voto livre ficava comprometido desde cedo, já que as pessoas recebiam suas cédulas preenchidas e fornecidas pelas parcialidades em luta, mesmo nas cidades. Mas, como as cédulas, nas eleições primárias, não eram assinadas pelo votante, a classe dominante ainda assim temia alguma traição na boca da urna por parte do eleitorado. Para solucionar o problema, especificamente no Recife, tornou-se hábito cada partido fornecer aos votantes cédulas com uma cor diferente da do seu adversário, conforme se noticiava na imprensa: “Fora melhor que os partidos respeitassem a intenção do legislador e não procurassem iludir o segredo do votante por meio de papéis de cores e de forma exterior, que indicam que voto neles se contém”(DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14/11/1856: 1).

Contudo, as cédulas entregues aos votantes já prontas, com a cor de cada partido estampada em seu invólucro, estavam longe de garantir a certeza do voto de quem as portava, em razão de, matreiramente, os votantes encontrarem uma forma de burlar esse artifício a mais a constrangê-los na hora de votar, logo se tornando comum aparecerem cédulas com uma cor interna diferente da externa. Por fora com a cor de um partido, por dentro com a do outro; por fora “liberais”, por dentro “conservadoras” e vice-versa. Devido a isso, vez por outra, um partido que cantasse vitória a partir do colorido das cédulas depositadas na urna, acabava sofrendo uma grande decepção por ocasião da apuração dos votos. Em 1881, a prática das cédulas coloridas ou com qualquer marca ou risco, passou, afinal, a ser proibida por lei.

Porém, a emancipação dos votantes da teia do clientelismo não era uma operação fácil mesmo nas grandes cidades. A condição de funcionário público passível de demissão, a coerção dos inspetores de quarteirão, tudo fazia com que os habitantes do Recife, principalmente os menos abastados, pensassem para votar sem o constrangimento de ninguém. Porém, a cultura política, em particular a dos meetings, tão presente na capital de Pernambuco e, certamente, em outras capitais do mesmo porte, sugere que a barganha do voto do eleitorado, nos grandes centros urbanos do Brasil, de meados ao final do século XIX, já trilhava caminhos bem diversos daqueles tradicionalmente dominantes no cenário rural.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *História da Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 4.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2003.
- CARVALHO, Marcus J. M. e Clarissa Nunes MAIA. Recife, 1840-1880: *Políticas Públicas e Controle Social*. In Batista, Marta R. e Márcia E. de Campos Graf (Orgs.). **Cidadania Brasileira II. Políticas Urbanas e Dimensão Cultural**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1999. Pp. 72-88.
- CAVALCANTI, Manuel Nunes. *Praieiros, Guabirus e a População. As eleições gerais de 1884 no Recife*. Pós-Graduação em História da UFPE, dissertação de mestrado, Recife, 2001.
- FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio sobre a Estatística civil e política da província de Pernambuco*. Recife, Editora Universitária da UFPE, Recife, 1979.
- MELO, Urbano Sabino de. *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- MOSHER, Jeffrey C.. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*, University of Florida at Gainesville, Tese de Ph.D., 1996.
- NABUCO, Joaquim. *A Campanha Abolicionista*. Recife, Massangana, 1988.
- SOUZA, Belizário de. Francisco Belizário Soares de Souza. *O Sistema Eleitoral no Império*: Brasília, Senado Federal/ UnB, 1979.
- ZAIDAN, Noêmia Maria. *O Recife nos Trilhos dos Bondes de Burro (1871-1914)*. Dissertação de mestrado, Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, Recife, 1991.